

27 de Outubro de 2007

## Cimeira UE-África: contra o tráfico de armas?

*In* Courier Internacional

Em 16 de Fevereiro último escrevi aqui, a propósito da proliferação das armas ligeiras, que "como portugueses e europeus temos de ser inatacáveis neste domínio. (...). E só assim podemos pretender sermos coerentes na aplicação das estratégias europeias para África e em favor do desenvolvimento."

Dias depois, a Subcomissão de Segurança e Defesa do Parlamento Europeu pasmou diante de um relato sobre transferências ilegais de armamento da Bósnia em 2005: 247.000 armas ligeiras e 37 milhões de munições, retiradas de circulação no final das guerras balcânicas haviam sido transferidas para o estrangeiro, muitas sem deixar rasto.... E tudo ocorrera nas barbas das tropas da UE na Bósnia, apesar da missão militar EUFOR Althea, que sucedera à NATO em Dezembro de 2004, ter herdado as responsabilidades de supervisão dos colossais arsenais dos beligerantes dos anos 90.

A investigação trazida ao PE concluíra que grande parte daquele material bélico bósnio havia ido parar ao... Iraque. O que nunca poderia ter ocorrido sem conhecimento, pelo menos, das autoridades NATO e EUFOR na Bósnia. E sem consentimento, pelo menos, das autoridades americanas no Iraque.

Em Agosto último, o New York Times confirmou que, na ânsia de armar forças de segurança iraquianas de lealdades no mínimo duvidosas, as autoridades militares americanas no Iraque haviam abandonado elementares regras de identificação e registo das armas ligeiras importadas para aquele país; em Julho o Government Accountability Office (órgão do Congresso americano) concluíra que as forças armadas dos EUA não haviam sido "capazes de identificar o paradeiro de cerca de 110.000 AK-47 [kalashnikovs] e 90.000 pistolas... postas à disposição das forças de segurança iraquianas."

Completa este puzzle um relatório sobre tráfico de armas financiado pela ONU (disponível em [www.seesac.org](http://www.seesac.org)), que descreve a rede de Tomislav Damjanovic, um intermediário que enriqueceu a exportar armas dos Balcãs para Líbia, Libéria e Somália, em violação de sucessivos embargos da ONU; o mesmo homem tornara-se, entretanto, principal parceiro do Departamento de Defesa dos EUA no transporte de armas por via aérea dos Balcãs para o Iraque.

Os sistemas internacionais de controlo de exportação de armamento só têm a força do seu elo mais fraco. Na Bósnia em 2005 o controle europeu falhou. E a verdade é que continua a falhar na UE, onde co-existem diversas legislações nacionais, apesar dos governos invocarem o unificador Código de Conduta de Exportação de Armamento – que, no entanto, não se têm apressado a tornar juridicamente vinculativo, como pede o PE. Por estas e por outras, armas europeias continuam a ser encontradas em zonas de guerra e conflito em África, como na massacrada região dos Grandes Lagos.

Agora que a presidência portuguesa da UE anuncia trabalhar para que a Cimeira UE-África assuma os desafios colocados pela interdependência do binómio "desenvolvimento/segurança", não é possível iludir mais a questão: a Europa tem de fazer mais para impedir o tráfico ilegal de armas.

A Presidência portuguesa tem de esforçar-se por tornar juridicamente vinculativo o Código de Conduta e exigir que os países candidatos à UE o assinem também.

É fundamental, ainda, que a Estratégia Conjunta e o Plano de Acção a aprovar na Cimeira UE-Africa dêem a este tema a visibilidade que ele merece: são precisas medidas de combate ao tráfico de armas concertadas entre a UE e a UA, tirando lições de assinaláveis experiências regionais que África já conta, implicando governos, parlamentos, forças armadas e de segurança e organizações da sociedade civil.

Finalmente, a presidência da UE deve assegurar que missões europeias de manutenção da paz sejam dotadas dos recursos humanos e financeiros necessários para contribuir para o desarmamento sustentável das partes beligerantes – como acontece com a missão EUFOR Tchad/RCA, agora em preparação e que vai ter de assegurar protecção a centenas de milhares de refugiados. Protecção que não será efectiva, nem duradoura, se a EUFOR e a UE nada fizerem para travar o obsceno afluxo de armas ilegais à região.